



Acritica
19/14/97 A3

Polêmica sobre a estrada começou com índios

PARANAPANEMA

Ibama não autoriza estrada no Pitinga

O Instituto Brasileiro de Meio Ambiente (Ibama-Am) negou autorização à Mineração Taboca, empresa do grupo Paranapanema, para o desmatamento de 146 hectares destinados à construção de uma estrada de acesso entre a Vila do Pitinga e a rodovia BR-174 (Manaus-Boa Vista), no município de Presidente Figueiredo. Até ontem a decisão não havia chegado, oficialmente, ao conhecimento da direção da empresa, mas o gerente da Mineração Taboca, Aroldo Garcia, adiantou que a liberação do empreendimento deve vir do órgão estadual de meio ambiente, no caso o Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas (Ipaam).

Para a decisão, o superintendente do Ibama-Am, Hamilton Casara, levou em consideração os estudos da Coordenação de Proteção a Grupos Indígenas Isolados da Fundação Nacional do Índio (Funai) que apontam sinais de índios isolados na área requisitada pela empresa para a construção da estrada. Esses estudos sobre índios isolados foram iniciados em 1994 e, através do ofício nº 011/97, a Funai recomenda que sem a conclusão

dos estudos é “desaconselhável qualquer intervenção na área em questão”.

Outro argumento apresentado pelo Ibama é que a nova estrada traria “danos expressivos à fauna e flora locais”, “tanto no período da abertura quanto no de sua operação”. O Ibama considera ainda que a construção da estrada afetaria a integridade da Reserva do Uatumã, pela possibilidade da abertura da estrada facilitar a invasão da área por posseiros.

O grupo Paranapanema quer construir uma nova estrada para escoamento de cassiterita, e outros minérios, da mina de Pitinga. Atualmente a produção sai através de uma estrada que atravessa 38 quilômetros dentro da reserva indígena dos Uaimiris-Atroaris, e que serve de acesso à rodovia BR-174. Pelo projeto da nova estrada o escoamento seria feito fora da reserva indígena. A estrada inicia no Pitinga, percorrendo 52 quilômetros até o lago de Balbina. Daí o minério é levado em balsas durante 10 km, para seguir em mais 20 quilômetros até a BR-174.

Empresa vê benefícios na obra

O gerente da Mineração Taboca, Aroldo Garcia, disse ontem que a construção da nova estrada beneficiaria principalmente os índios Uaimiris-Atroaris por “ficarem livres do incômodo dos caminhões da empresa que atravessam a reserva”. “Uma estrada funcionando dentro da reserva causa mais transtorno que uma estrada fora, por isso seria melhor desativar a atual e ter outra opção”, argumenta.

Mas o que está em jogo, para a empresa, é o escoamento de quase 12 mil toneladas/ano de cassiterita (minério do estanho). A mina de Pitinga em Presidente Figueiredo responde por 50% da produção brasileira de estanho, além de ser uma reserva de alto potencial de outros minérios. “Temos uma mina com mais 3 anos e meio de duração, cuja rocha dura exige R\$ 100 milhões de investimento, mas como

viabilizar isso se não temos a garantia de escoar a produção, por que vez e outra ficamos à mercê dos índios”, comenta o gerente.

Em outubro, os 2.600 moradores da Vila de Pitinga e o grupo Paranapanema ficaram por mais de 30 dias sem poder usar a estrada, que foi interditada pelos índios. Os uaimiri-atroari queriam aumento no pedágio cobrado pelo uso da estrada, como garantia de sobrevivência da tribo. A empresa paga hoje cerca de R\$ 50 mil mensais para passar com seus caminhões, desse valor 30 mil são fixos e o restante representa 0,5% da produção, exigido pelos índios.

A empresa Mineração Taboca mantém 920 empregados, na Vila do Pitinga, e é responsável por R\$ 5 milhões de ICMS, entre os impostos para o Amazonas e o município de Presidente Figueiredo.